

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/8173	12350/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação -Parque da Ponte, União de freguesias de São José de São Lazaro e São João do Souto		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 29277/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura com especialidades - #G0191#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura com especialidades

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/8042 de 9 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75 /2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 29277/2025

PROCESSO RELACIONADO: 2024/300.40.003/1

REGISTRO INTERNO: 2025-E-RE-15439 E 2025-E-RE-16660

REQUERENTE: PACTOINVEST, LDA

LOCAL DA OBRA: PARQUE DA PONTE

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOSÉ DE SÃO LAZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO – ARQUITETURA COM ESPECIALIDADES

Nos termos do despacho n.º 2026-3995 de 05/03/2026, do Senhor Diretor Municipal, proferido no âmbito do Processo n.º 11720/2026 (Proposta de Resolução PR/2026/7695, de 05/03/2026), e na sequência do entendimento jurídico constante do parecer da Dra. Fernanda Paula Oliveira de 05/03/2026 — segundo o qual a 3.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Braga não poderá ser considerada para efeitos de apreciação urbanística das operações urbanísticas até à respetiva publicação — procede-se à apreciação técnica exclusivamente à luz do Plano Diretor Municipal de Braga em vigor (PDM 2015).

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

- 1.1. **Pactoinvest, Lda**, na qualidade de empresa concessionária, através do requerimento n.º 2025-E-RE-15439, apresenta um pedido de **licenciamento de obras de edificação com vista à reabilitação e ampliação do Edifício do Restaurante e Bar do Parque da Ponte**, a levar a efeito no Parque da Ponte, Avenida Doutor Francisco Pires Gonçalves, União de freguesias de São José de São Lazaro e São João do Souto, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 632/19941007.
- 1.2. A empresa em causa possui contrato de concessão de ocupação e exploração do Edifício do Restaurante e Bar do Parque da Ponte, abrangendo uma área total de 530 m², sendo a entidade concedente a Câmara Municipal de Braga (processo de adjudicação por hasta pública realizada em 21 de dezembro de 2005 e consequente homologação em reunião de executivo de 12 de janeiro de 2006).
Possui também um 'Acordo de Modificação da Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público', assinado em 10 de fevereiro de 2026, aumentando a área de utilização privativa do domínio público para um total de 802,8 m². Este acordo oficializa a alteração da concessão do estabelecimento de restauração e bebidas, na sequência da deliberação camarária de 22/12/2025.
- 1.3. Trata-se de uma operação urbanística sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) do n.º 2 do Artigo 4.º do RJUE, alterado pelo Decreto-Lei 10/2024 de 8 de janeiro - obras de construção em área não abrangida por plano de pormenor, operação de loteamento ou unidade de execução.

2. ANTECEDENTES PROCESSUAIS:

- 2.1. Projeto de Licenciamento n.º 1/2004/48.
- 2.2. Alvará de Autorização de Utilização n.º 132/2010 de 09/06/2001 para Estabelecimento de Restauração e Bebidas.

3. CONSULTAS A ENTIDADES E/OU SERVIÇOS

- 3.1. A pretensão mereceu informação **favorável** por parte da Divisão de Planeamento, informação n.º 83754, de 21/08/2024.



- 3.2. A pretensão mereceu parecer **favorável** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, referência OF_DGTC_DT_458/2025 RJUE_2029/2024, emitido em 09/01/2025, com a seguinte ressalva:

*«A Unidade de Cultura da CCDR-Norte, I.P. refere que o local onde se irá executar a operação urbanística proposta não é uma área de particular sensibilidade arqueológica. A intervenção a realizar, face ao método construtivo proposto, não obrigará a intervenções significativas no solo, pelo que se considera não haver lugar a condicionantes arqueológicas. Não obstante, **sugere-se a fiscalização por parte do Gabinete de Arqueologia da CM de Braga, por forma a garantir que a execução do projeto decorre tal como expectável.**»*

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 4.1. De acordo com as informações técnicas n.º 2025-20020 de 06/08/2025 e n.º 2025-18194 de 21/07/2025, da DPU, o presente pedido encontra-se corretamente instruído para análise urbanística.
- 4.2. Verifica-se que foi apresentado o comprovativo do pedido de parecer ao Projeto de especialidade de SCIE ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga no dia 27/06/2025, contudo o presente pedido carece de parecer favorável da ANEPC, de acordo com o Decreto-Lei 309/2002 de 16 de dezembro, nas suas redações em vigor.
- 4.3. Pelo 'Acordo de Modificação da Concessão de Utilização Privativa do Domínio Público', assinado em 10 de fevereiro de 2026, a área de utilização privativa do domínio público foi aumentada para 802,8 m² e por essa via deixou de existir o impedimento aludido no ponto 4.3 da anterior informação técnica n.º 2025-22562 de 05/09/2025.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

5.1. Enquadramento:

- 5.1.1. A operação urbanística incide sobre uma área classificada, na **Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM)**, como:

- **EV1 - Urbanizado - Espaços Verdes de Utilização Coletiva**
- **UOPG - 22 - Área Sul da Cidade**

- 5.1.2. Na **Planta de Condicionantes** o local da pretensão encontra-se condicionado por:

- **Zona Especial de Proteção ao Estádio 1º de Maio**

5.2. Análise Urbanística

- 5.2.1. A pretensão localiza-se em espaço classificado como **EV1 - Urbanizado - Espaços Verdes de Utilização Coletiva** e consiste na remodelação e ampliação do edifício do restaurante e bar, com o aumento da área de construção em 272,8 m² e na ampliação da estrutura da esplanada sobre o rio. Com efeito, a área construção total amplia de 530 m² para 802,8 m².
- 5.2.2. No que concerne ao uso, a proposta prevê a manutenção do atual, prevendo a inclusão de um espaço destinado a dança, e tem enquadramento no disposto nos Artigos 72.º e 73.º do RPDM Braga.
- 5.2.3. O cumprimento dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para a subcategoria de espaço, dependem da aferição da área do prédio em que a operação se insere. Contudo, se considerarmos a dimensão Parque da Ponte, os parâmetros estabelecidos na alínea c) do n.º 1 do Artigo 73.º do RPDM Braga, verificam-se.
- 5.2.4. No que concerne aos parâmetros de estacionamento previstos no Artigo 106.º do RPDM Braga, a presente operação urbanística está isenta, por se verificar o disposto no n.º 2 do Artigo 107.º do mesmo regulamento, pois a ampliação proposta não prevê um acréscimo superior a 50% da área de construção inicial.
- 5.2.5. Foi apresentado o plano de acessibilidades, dado tratar-se de uma superfície de acesso ao público com uma área superior a 150m², de acordo com o disposto na alínea q) do n.º 2 do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, na sua redação atual.



5.2.6. De acordo com os elementos apresentados, a pretensão compreende os seguintes usos:

- Recinto de espetáculos e de divertimentos públicos dispondo Bar com música ao vivo com a inclusão de uma pista de dança, abrangido pelo Decreto-Lei 309/2002 de 16 de dezembro, na sua redação em vigor;
- Estabelecimento de restauração e bebidas, abrangido pelo Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro.

5.2.7. Recinto de espetáculos e divertimentos públicos:

5.2.7.1. A emissão da autorização de utilização depende de requerimento acompanhado com os seguintes documentos, de acordo com n.º 5 do Artigo 10.º do Decreto-Lei 309/2002 de 16 de dezembro, na sua redação em vigor:

- Cópia simples do certificado de inspeção, a emitir por entidade qualificada;
- Cópia simples da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida;
- Cópia simples da apólice de seguro de acidentes pessoais válida.

5.2.7.2. «Para os efeitos da emissão da licença de utilização, a vistoria deve realizar-se no prazo de 30 dias a contar da data da apresentação do requerimento previsto no n.º 5 do artigo 10.º e, sempre que possível, em data a acordar com o interessado.», de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei 309/2002 de 16 de dezembro, na sua redação em vigor.

A emissão da autorização de utilização depende da realização de vistoria efetuada por uma comissão composta por:

- Dois técnicos a designar pela Câmara Municipal, tendo pelo menos um dele formação e habilitação legal para assinar projetos previstos no RJUE;
- Um representante da ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a convocar pela Câmara Municipal com a antecedência mínima de 8 dias;
- Um representante da Autoridade de Saúde competente, a convocar nos termos da alínea anterior.

5.2.8. Estabelecimento de restauração e bebidas:

5.2.8.1. Para a abertura e funcionamento da instalação, após a emissão da autorização de utilização, o interessado deve apresentar uma mera comunicação prévia à câmara municipal, através do balcão único eletrónico dos serviços (GOV.PT).

6. PROPOSTA DE DECISÃO:

Face ao atrás exposto:

- 6.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto.
- 6.2. **Propõe-se o deferimento final do pedido.**
- 6.3. Os projetos de especialidades foram verificados pela DPU na informação n.º 2025-18194 de 21/07/2025.
- 6.4. Deverá ser observada a condição imposta pelo parecer da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, no que se refere à “fiscalização por parte do Gabinete de Arqueologia da CM de Braga, por forma a garantir que a execução do projeto decorre tal como expectável”, devendo a mesma ser solicitada antes do início de execução dos trabalhos;
- 6.5. Juntamente com o pedido de pagamento de taxas, para emissão do recibo que titula a operação urbanística, deverá ser apresentado parecer favorável da ANEPC, de acordo com o Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na sua redação atualmente em vigor, conforme ponto 4.2.
- 6.6. A futura utilização da obra como recinto de espetáculos e de divertimentos públicos, com música ao vivo e pista de dança, assim como estabelecimento de restauração e bebidas, encontra-se sujeita à apresentação das formalidades mencionadas nos pontos 5.2.7. e 5.2.8., da presente informação.



CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

AS INTERVENÇÕES NO DOMÍNIO PÚBLICO DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

- a) Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes;
- b) Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura;
- c) Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes do pedido de emissão de autorização de utilização para a construção;
- d) Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei 220/08, de 12 de novembro, relativamente à Segurança Contra o Risco de Incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;
- e) Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei 46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos RCD, conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo constante o anexo II do referido diploma.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 29277/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-15439

REQUERENTE: PactoInvest, Lda

LOCAL DA OBRA: Parque da Ponte, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto)

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura com especialidades

DU - DGPU [GP7]

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1. A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-15439, apresenta um pedido de **licenciamento de obras de edificação** com vista à reabilitação e ampliação do Restaurante Bar do Parque da Ponte, a levar a efeito no prédio sito no Parque da Ponte, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto) que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 632/19941007, inscrito na matriz de natureza misto sob os artigos n.º 2302, 2303, 2304 e 2305.

1.1. Relativamente ao local da pretensão não se identificaram quaisquer antecedentes processuais, nos serviços deste município.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de **licenciamento de obras de edificação**.

3. PARECERES EXTERNOS

Constata-se que o prédio se localiza em **Zona Geral de Proteção**, nomeadamente **Estádio 1.º Maio, Património Arquitetónico**, pelo que a presente operação urbanística carece de consulta a entidade externa, nomeadamente à CCDRN Cultura, tendo a mesma sido consultada e tendo já recebido parecer favorável por parte da referida entidade.

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de **licenciamento de obras de edificação** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17 e 18, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

4.1. Projeto de condicionamento acústico

4.1.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.2. Projeto de águas pluviais

4.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.3. Projeto de águas residuais

4.3.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.3.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do ofício n.º 2025-S-RE-39182 de 18/07/2025.



4.4. Projeto de arranjos exteriores

4.4.1. Apresentou pedido de dispensa de apresentação de **projeto de arranjos exteriores**, alegando que não haverá qualquer intervenção no logradouro no âmbito da presente operação urbanística.

4.5. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

4.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.6. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

4.6.1. Apresentou pedido de dispensa de apresentação de projeto **de alimentação e distribuição de energia elétrica**, alegando que a estrutura existente já dispõe de instalação elétrica.

4.7. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

4.7.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.8. Projeto de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)

4.8.1. Apresentou pedido de dispensa de apresentação de projeto **de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)**, alegando que a estrutura existente já se encontra ligada a um operador de telecomunicações.

4.9. Projeto de abastecimento de água

4.9.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.9.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do ofício n.º 2025-S-RE-39182 de 18/07/2025.

4.10. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

4.10.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.11. Projeto de conforto térmico

4.11.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4.11.2. Solicitou dispensa de apresentação de pré-certificado energético, argumentando que se trata de uma pequena renovação, estando por isso dispensado do procedimento de Certificação Energética, conforme o disposto do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 101-D.2020 de 7 de Dezembro, na sua atual redação.

4.12. Operação urbanística com impacte relevante ou impacte semelhante a uma operação de loteamento?

4.12.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga – Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).

4.13. Outros

4.13.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

5. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído**, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe o seguimento do mesmo para **análise urbanística**.

Manuel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Processo Obra: 2024/300.40.003/1

Registo de entrada: I/45991 de 13/05/2024

Local da obra: Parque da Ponte, União de freguesias de São José de São Lazaro e São João do Souto

Informação: 83754 de 21/08/2024

Assunto: Informação técnica

Técnico responsável:

1. PRETENSÃO:

Solicita-nos a Divisão de Apreciação Técnica (DAT), pronúncia sobre a proposta apresentada, de um pedido de informação prévia, com vista à remodelação e ampliação do edifício do restaurante e bar do Parque da Ponte, localizada em solo urbanizável e inserida em Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 22 – Área Sul da Cidade, segundo o Plan Diretor Municipal (PDM) em vigor.

2. ENQUADRAMENTO:

2.1. O prédio objeto da intervenção encontra-se classificado, na planta de classificação e qualificação do PDM com espaço:

Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo

EV1 | Urbanizado | Espaços verdes de utilização coletiva;

UOPG 22 | Área Sul da Cidade.

Condicionantes

ZEP | Zona especial de proteção.



3. ANÁLISE:

3.1. A intervenção proposta trata-se de uma remodelação e ampliação de um edifício já existente, promovida pela Administração Pública, respeitando as características arquitetónicas e estruturais do imóvel. De acordo com disposto no n.º 2 do Artigo 7.º do RJUE, esta obra está isenta de controlo prévio. No entanto, ela está sujeita à obtenção de um parecer prévio não vinculativo por parte da Câmara Municipal, que avaliará a conformidade da intervenção com as normas e diretrizes aplicáveis.

3.2. A proposta apresentada, insere-se na UOPG 22 Área Sul da Cidade, devendo assim estar alinhada com os principais objetivos da mesma, nomeadamente:

3.2.1 *“Reabilitar áreas degradadas que integram esta UOPG.”* conforme a alínea ii) do ponto 1.22 do artº110º do PDI em vigor.

Considera-se que a solução apresentada através da remodelação e ampliação do edifício do restaurante bar, se encontra alinhada com a referida alínea.

3.2.2 *“Salvaguardar as áreas verdes relevantes destinadas a parques urbanos da cidade e articula-los entre si e com os equipamentos existentes.”* conforme a alínea iii) do ponto 1.22 do artº110º do PDM em vigor.

Considera-se que a solução apresentada se encontra alinhada com a referida alínea.

4. PROPOSTA:

4.1. Analisada a presente pretensão, informa-se relativamente à inserção da operação urbanística em solo urbanizado que se considera que é aceitável a sua execução desinserida de um Instrumento de Gestão Territorial (IGT), uma vez que não prejudica a integração com a sua envolvente nem compromete significativamente uma eventual solução integrada com os terrenos contíguos;

4.2. Entende-se assim, que a mesma reúne as condições para ser enquadrada na alínea iii) do n.º 2 do art.º 99 do regulamento do PDM, não se vendo inconveniente na execução assistemática do plano neste caso;



Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Braga
Câmara Municipal - Braga
Praça Municipal
4704-514 BRAGA

Sua referência
BRG2024/00347

Sua comunicação
20-11-2024

Nossa referência
OF_DGTC_DT_458/2025
RJUE_2029/2024

Assunto|Subject Consulta de entidades em razão da localização - Artigo 13.º-A do RJUE

PORTAL DO RJUE n.º: BRG2024/00347

Município: Braga

Requerente: Município de Braga

Local: Parque da Ponte, Avenida Doutor Francisco Pires Gonçalves

Freguesia: União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Tipo de Procedimento: Operação urbanística promovida pela administração pública (artigo 7.º do RJUE)

Operação Urbanística: Projeto de ampliação e remodelação do restaurante e bar do Parque da Ponte

Em resposta ao pedido de parecer de entidades da Administração Central, em razão da localização, relativa à operação urbanística referenciada em epígrafe, remetido por essa Câmara Municipal no âmbito do artigo 13.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/9 de 16 de dezembro, na sua atual redação, vimos comunicar que foram consultadas as seguintes entidades:

- Unidade de Cultura da CCDR-Norte, I.P. no âmbito da Zona Especial de Proteção do Estádio Municipal de Maio, Monumento de Interesse Público.

Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º-A do RJUE, na sua atual redação, o prazo para pronúncia das entidades consultadas é de 20 dias.

No prazo referido pronunciou-se a única entidade consultada.

Tomando como base o parecer emitido, por ser emitido em razão da localização e se enquadrar no âmbito do art.º 13º-A do RJUE, na sua atual redação, estando, como tal, sujeito a decisão global e vinculativa da Administração Central, foi proferida a seguinte decisão:

- Decisão global favorável à pretensão.



A Unidade de Cultura da CCDR-Norte, I.P. refere que o local onde se irá executar a operação urbanística proposta não é uma área de particular sensibilidade arqueológica. A intervenção realizar, face ao método construtivo proposto, não obrigará a intervenções significativas no solo pelo que se considera não haver lugar a condicionantes arqueológicas. Não obstante, sugere-se a fiscalização por parte do Gabinete de Arqueologia da CM de Braga, por forma a garantir que a execução do projeto decorre tal como expectável.

Analizada a proposta sob o ponto de vista arquitetónico, considera-se que as ações propostas adequam à imagem detida pela edificação, e que as mesmas não introduzem impacto negativo sobre a servidão.

Assim, é emitido parecer favorável por parte da Unidade de Cultura da CCDR-Norte, I.P. pretensão.

Sobre o pedido formulado, mais se informa que:

Caberá à Câmara Municipal, apreciar e deliberar com base nas demais questões legais e regulamentar aplicáveis, designadamente o cumprimento dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor na área da operação urbanística em causa.

Com os melhores cumprimentos,

Diretora de Unidade de Ordenamento do Território, Conservação da
Natureza e Biodiversidade

